

Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de Aom Puilelica
para os devidos fins. Em 13 / 12 / 11
Ploages
Cenceição de Maria Lages Redriga . Chere do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Referellias

para relatar.

Em_14/1/1/11

Presidente Comissão de Administração



PROCESSO AL -1442/11

PROJETO DE LEI Nº 161/2011, que "Dispõe sobre o tempo de atendimento ao público nos órgãos da administração pública estadual, concessionárias e/ou permissionárias de serviços estaduais e dá outras providências".

AUTOR DEPUTADO MARDEN MENESES RELATORA DEPUTADA REJANE DIAS

PARECER N°____ /2011 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL.

I - RELATÓRIO

Em cumprimento as previsões definidas nos art. 34, inciso II; art. 59; art. 61, todos do Regimento Interno desta Casa, o presente Projeto de Lei Ordinária foi submetido à apreciação da **Comissão de Administração Pública e Política Social,** havendo a Presidente da Comissão designado a Deputada Rejane Dias como relatora.

A seguir, passa-se a relatar o histórico do processo:

Este Projeto de Lei Ordinária, de autoria do Deputado Estadual Marden Meneses, dispõe sobre o tempo de atendimento ao público nos órgãos da administração pública estadual, concessionárias e/ou permissionárias de serviços estaduais e dá outras providências.

Encaminhado o Projeto à Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Edson Ferreira, então relator, proferiu parecer favorável. Em seguida, o projeto fora aprovado à unanimidade pelos demais membros da Comissão.

É o relatório.



II – VOTO DA RELATORA

Referido Projeto de Lei possui objetivo de relevância social, pois visa combater a morosidade na prestação dos serviços públicos ofertados pelo Estado do Piauí. Sendo uma proposição que valoriza os direitos do consumidor consagrados na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais.

Tal proposição objetiva obrigar os órgãos públicos e demais prestadores de serviços de natureza pública disponibilizar pessoal suficiente e infraestrutura tecnológica adequada nos setores onde haja a formação de filas. Desse modo, garantindo que o atendimento pessoal seja realizado em tempo razoável. Sendo considerado tempo razoável até 30 minutos nos dias normais e até 45 minutos nas vésperas de feriados ou após feriados prolongados.

Estabelece, ainda, a previsão de aplicação de multa administrativa à instituição infratora dos dispositivos desta da Lei, sem prejuízo da aplicação de outras sanções civis ou penais.

Sem contar que o referido projeto satisfaz plenamente as exigências formais fixadas nos regramentos constitucionais e infraconstitucionais disciplinadores da matéria sob apreciação desta Comissão Técnica Permanente. Estar amparado no art. 75 da Constituição Estadual e no art. 105, inciso I, do Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa. O seu texto satisfaz às exigências da boa técnica legislativa, em decorrência do uso preciso dos termos técnicos.

Sendo assim, nos usos das atribuições conferidas a mim pelo Regimento Interno desta Casa, no seu art. 61, após analise circunstanciada deste Projeto de Lei Ordinária, **VOTO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.**

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Administração Pública e Política Social, após discussão e votação da matéria, delibera:

) pelo acatamento do Voto do Relator, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

) pela rejeição do Voto do Relator, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

É o parecer.

Sala das Comissões Técnicas, em Teresina (PI), 20 de dezembro de 2011.

REJANE DIAS Deputada Estadual do PT

UNANIMIUADI

Deputada Rejane Dias

Telefones Gabinete: 3133-3202/Fax: 3133-3201

Av. Mal. Castelo Branco, S/N - Cabral - CEP 64.000-810 - Teresina/PI